

PROJETO
P.M.SP.

2

CADERNOS DE FORMAÇÃO

REORIENTAÇÃO DO ENSINO NOTURNO

Diretrizes para elaboração
de projetos pelas escolas

SÉRIE: Construindo a Educação do
Jovem e Adulto Trabalhador
Caderno 2



CO-DOT EDA-1º e 2º Graus - Pj 001-91

o nº 1
do Jo-
cipação
COS MU-
de 1º
Educar
as enti
Luís
erreira.

/FEUSP

306

371.298
S239r

DEDALUS - Acervo - FE
Reorientacao do ensino noturno :



20500034819

36606

Foi omitida no Caderno de Formação nº 1 da Série: "Construindo a Educação do Jovem e Adulto Trabalhador" a participação do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO no Simpósio de 1º de Abril/89 "São Paulo 1989 - Educar Adultos para quê?" enquanto uma das entidades organizadoras, na pessoa de Luís Carlos Pestana e Duvanier Paiva Ferreira.

Biblioteca / FEUSP

36606

Aquisição	9600
Origem	
Solicitante	
Pr	
Data	05/8/97
N.º de Chamada	371.298
	374 S23951
	3750
	379.33

APRESENTAÇÃO

Este documento é parte integrante de um trabalho que teve início em 1989 com discussões sobre a educação de jovens e adultos.

Vera Barreto dizia em nosso Simpósio de 1º de Abril/89: Parece que essa escola de adultos tem que ter suas portas e janelas abertas, para a realidade desse aluno.

Uma realidade na qual toda cultura nossa está presente.

Onde se fala de poluição, dos programas de televisão, inflação, festa, greve, futebol, exploração e onde esse universo, ao entrar, se já lido e escrito. Onde essa realidade, transformada em objeto do conhecimento, seja objeto de uma análise e de uma síntese.

(SME - DOT/EDA: Cadernos de Formação, Série Construindo a Educação do Jovem e Adulto Trabalho, nº 1: Simpósio São Paulo 1989 - Educar Adultos para quê?)

Este Caderno poderá servir como subsídio para discussões na escola e para a elaboração de novas sínteses a partir da prática do coletivo de educadores envolvidos.

Não acreditamos em receitas, em teorias desvinculadas de ações concretas, em "pacotes pedagógicos" elaborados longe da escola.

Nossa crença é de que a partir da reflexão e do trabalho coletivo, os educadores e educandos encontrarão caminhos para a construção de um novo modelo de escola pública. Aquele que "levará em conta o cansaço, a pressa em aprender, a vista irritada ou a fome desta população que chega a ela".

(Vera Barreto)

Esse é o nosso desafio...

PROJETO: REPENSANDO A ESCOLA PARA O JOVEM E ADULTO TRABALHADOR

- I- JUSTIFICATIVA
- II- OBJETIVOS DO PROJETO
- III- O PROJETO E O MOVIMENTO DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR
- IV- GÊNESE E DESDOBRAMENTO DA PROPOSTA

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PELAS ESCOLAS

INTRODUÇÃO

- I- NOSSA CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA
- II- PRINCÍPIOS PARA UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR
- III- CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO NOTURNO
- IV- ORGANIZANDO SEU PROJETO A ESCOLA SE MOBILIZA
- V- O ESTRUTURAL NÃO É UMA CAMISA DE FORÇA
- VI- VAMOS ASSUMIR ESSE NOTURNO: SUPLÊNCIA/REGULAR : INTEGRAÇÃO

BIBLIOGRAFIA DE APOIO AO TRABALHO DA ESCOLA

PROJETO: "REPENSANDO A ESCOLA PARA O JOVEM E
ADULTO TRABALHADOR"

I- JUSTIFICATIVA

A escola noturna, predominantemente ocupada por jovens e adultos trabalhadores, na modalidade Regular ou Supletiva, não vem assumindo o seu verdadeiro papel de garantir o ensino, o tratamento e o espaço adequados às características próprias desse aluno.

Essa inadequação, que perpassa o estrutural, o político e o pedagógico, vem se concretizando na forma de evasão, repetência e fracasso escolar e tem sido objeto de críticas e reflexões por parte dos educadores.

O ensino fundamental (1ª a 8ª séries) é direito de todos os cidadãos. A escola nega esse direito quando mantém os índices de evasão e repetência nos patamares atuais.

Os índices que veremos a seguir representam as "perdas" (evasão + retenção) que ocorrem ao longo de um ano letivo. O fracasso escolar, porém, vai muito além desses números: ele atinge os alunos que continuam e concluem seus estudos submetidos a um ensino de má qualidade; atinge o próprio educador, que se frustra em relação ao trabalho que pode desenvolver.

EVASÃO, RETENÇÃO E PROMOÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DEZEMBRO/89

Modalidade	Matrícula Ge- ral (menos transferên- cias)	Retenção	Evasão	Retenção + Evasão	Promoção
1º Grau Re- gular (1ª a 8ª séries)	433.805	83.753 19,31%	26.276 6,05%	110.029 25,36%	323.776 74,64%
Suplência I	23.513	5.685 24,18%	4.859 20,66%	10.544 44,84%	12.969 55,15%
Suplência II	26.654	3.925 14,73%	7.235 27,14%	11.223 42,10%	15.494 58,12%
Suplência de 2º grau	5.991	424 7,08%	1.198 19,99%	1.622 27,07%	4.369 72,93%

FONTE: Banco de Dados - SME
Assessoria Técnica e de Planejamento
Centro de Informática

Porém, a administração municipal 1989/1992, comprometida com os anseios populares, assume como diretriz político-pedagógica a construção de uma educação pública popular e democrática. Entende que "a escola deve ser um espaço de educação popular e não apenas o lugar de transmissão de alguns conhecimentos, cuja valorização se dá à revelia dos interesses populares".⁽¹⁾ Considera que essa escola deve formar o educando como sujeito produtor de sua própria história, através de uma real participação na sociedade, entendendo-se "real participação" como atuação transformadora e libertadora.

Dessa forma, com tal diretriz e tal concepção de escola e de educando, não pode deixar de investir na reversão do quadro atual do curso noturno na rede municipal de ensino e na reorientação do atendimento a essa clientela.

(1) SME - Construindo a Educação Pública Popular, ano 2.SP/90.

II- OBJETIVOS DO PROJETO

1- Concretizar as prioridades da administração: democratização da gestão, democratização do acesso e permanência, nova qualidade de ensino e alfabetização de jovens e adultos.

2- Incentivar a elaboração, pelas escolas, de projetos de reorientação do ensino noturno.

3- Subsidiar teoricamente os educadores nas discussões sobre ensino noturno, através de uma ação conjunta DOTs/NAEs.

III- O PROJETO E O MOVIMENTO DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR

O projeto "Repensando a Escola para o Jovem e Adulto Trabalhador" dá mais um passo na direção político-pedagógica que assumimos.

Nesse caminhar a SME tem prioridades, entre as quais ressaltamos a Nova Qualidade de Ensino. Para construí-la, o Movimento de Reorientação Curricular propõe:

1- Projeto "Ação Pedagógica na Escola pela Via da Interdisciplinaridade", e

2- Projetos alternativos propostos pela Escola.

Nosso trabalho de reorientação do ensino noturno se insere no item 2 e irá se concretizar através de reflexão, estudos e formação dos edu

cadores, fornecendo subsídios à escola para que ela própria se organize e elabore coletivamente sua proposta de mudança curricular.

IV- GÊNESE E DESDOBRAMENTO DA PROPOSTA

Em abril de 1990, realizou-se um seminário interno de trabalho e estudo, com o tema: "Repensando o Ensino Noturno". Participaram representantes de DOT 1º e 2º Graus, DOT/EDA, NAEs e Escolas-Piloto do Projeto "Ação Pedagógica na Escola pela Via da Interdisciplinaridade", bem como escolas públicas que desenvolvem trabalhos alternativos no noturno.

A partir do seminário, formou-se a Equipe de Reorientação do Ensino Noturno, composta por DOTs/NAEs, que se dedica ao estudo de temas e ao preparo das ações que envolverão as escolas: encontros, seminários, reuniões de estudos etc.

ETAPAS DO TRABALHO

1- Encontros NAEs-Escolas para sensibilização, problematização e levantamento de propostas para melhoria do ensino noturno.

2- Organização, pelas escolas, de um cronograma de reuniões, remuneradas através das aulas excedentes previstas para o projeto, onde os educadores se aprofundarão no estudo das questões relativas a sua escola e ao ensino noturno.

3- Seminários Regionais, por NAE, com palestras, apresentação de projetos alternativos e debates; participação representativa de educadores e educandos.

4- Encontros regulares de professores para participações em cursos, oficinas pedagógicas e aprofundamento das questões levantadas nos seminários e grupos de reflexão.

5- Elaboração, pelas escolas, de um anteprojecto que será apreciado pelo Conselho de Escola.

6- Redação do projecto da escola, incorporadas as contribuições dos seus diferentes segmentos e envio aos NAEs.

7- Apreciação dos projectos pelos NAEs e, se necessário, por DOTs e Conselho Estadual de Educação.

Os NAEs, com suas respectivas escolas, definirão a época e a duração de cada uma dessas etapas, alterando a ordem das mesmas, se necessário.

As reuniões nas escolas e os encontros regulares poderão se realizar antes, durante e depois da fase de elaboração do projecto propriamente dito.

Os projectos que modifiquem a organização ou a prática pedagógica da escola podem ser apresentados e implantados em qualquer época do

ano; aqueles que contiverem mudanças estruturais não previstas no Regimento Comum das Escolas Municipais serão enviados para apreciação do Conselho Estadual de Educação, e sua implantação será no início do período letivo, após parecer favorável.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PELAS ESCOLAS

INTRODUÇÃO

O presente documento faz parte do projeto "Repensando a Escola para o Jovem e Adulto Trabalhador" e destina-se a apresentar subsídios e parâmetros para as escolas que pretendam formular projetos próprios para a reorientação de seu ensino noturno.

Entendemos que cabe à escola pensar sua realidade (recursos humanos e materiais, possibilidades existentes na comunidade, dados da problematização dos alunos e professores etc) e se reorganizar para melhor atender ao aluno, cumprindo a sua função educativa.

A concepção de conhecimento em construção, que implica em um entendimento de educando e educador sujeitos do processo educativo, leva à compreensão de como devem ser as relações entre esse sujeito educador e esse sujeito educando: relações de respeito ao conhecimento de cada um, sem que se perca a riqueza das diferenças.

Essas concepções estão presentes em uma visão de mundo que pretende formar o "homem no-

vo", realizador de uma sociedade mais justa.

São elas que, fundamentadas em uma ética política, permitem-nos delinear diretrizes e parâmetros para a elaboração desses projetos que pretendemos venham somar conosco na busca desse homem.

I- NOSSA CONCEPCÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

"Existe uma briga histórica em torno do papel da consciência. Em termos muito sucintos, quase reducionistas, coloca-nos diante de duas posições que vêm atravessando o pensamento filosófico da humanidade.

De um lado aqueles que dizem: a consciência faz tudo. A consciência cria a objetividade. De outro lado, aqueles que dizem: não é a consciência que faz tudo, mas a realidade material que faz e refaz a consciência.

Há outros ainda, e aqui nos colocamos, que sustentam: as duas se encontram - a consciência e a realidade. Encontram-se, reconhecem-se, transformam-se, mudam..." (FREIRE, P. 1989:18)

No momento em que percebemos a relação entre a percepção do mundo e o mundo da percepção como contraditória, dinâmica, dialética, temos uma visão também dinâmica e dialética do conhecimento que se constrói a partir de confron-

tos: interioridade/ exterioridade, individual/coletivo. É aí que o indivíduo, enquanto parte integrante do social, coloca-se como sujeito à medida que constrói a si e àquilo com o que interage: a sua história e a história da sociedade, sendo fundamental a sua ação para viabilizar uma sociedade que se quer.

Em função dessa visão construtivista do conhecimento e de um ser-sujeito, temos uma proposta pedagógica que, coerente com essa teoria, pretende formar o homem livre e transformador.

ESSA PROPOSTA PEDAGÓGICA DEVERÁ GARANTIR:

- o respeito à identidade cultural do aluno;
- a apropriação e produção de conhecimentos relevantes e significativos, de forma crítica, para a compreensão e transformação da realidade social;
- a compreensão do que é ensinar e aprender;
- o estímulo à curiosidade e à criatividade do aluno e do professor;
- o desenvolvimento do trabalho coletivo na escola;
- a democratização das relações na escola;
- a recuperação do papel do educador;
- a interação comunidade-escola como es-

paço de valorização e recriação da cultura popular.

Para ampliar o estudo desses itens, consulte bibliografia em anexo.

II - PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA UM TRABALHO INTERDISCIPLINAR

"A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto" (Japiassu, H. 1976: 74)

Um trabalho que tenha como preocupação a não fragmentação do conhecimento é o que se deseja em qualquer projeto elaborado pelas escolas, embora saibamos o quanto isso é novo em termos de prática na rede e que muita discussão envolve essa busca.

Um trabalho interdisciplinar é desejável, mas não é condição para a elaboração dos projetos. Trataremos aqui de alguns princípios metodológicos que apontam para a interdisciplinaridade, por entendermos que podem auxiliar o professor para o início de um pensar nessa direção.

Pretendemos que eles apareçam como contribuição e não como amarra.

O professor tem a condição de propor práticas diversas a partir desses princípios, não sendo necessário que ele trabalhe com tema gera

dor, nos moldes do Projeto "Ação Pedagógica na Escola Pela Via da Interdisciplinaridade".

Temos alguns documentos apontando caminhos e alguns autores que podemos indicar,⁽²⁾ não com a intenção de ditar normas, mas de contribuir para que essa construção interdisciplinar seja de todos nós, nas reflexões em grupo, nas experiências de sala de aula, nos estudos do meio, no dia-a-dia da escola que, sem dúvida, deve se transformar no espaço de pesquisa e construção do saber por educadores e educandos.

Que a escola tenha seus próprios mecanismos de atualização e seja em si um espaço onde a ação educativa, a pesquisa e o saber estejam em constante ebulição, distanciando-se cada vez mais da escola onde as novas tendências das diversas disciplinas só chegam, quando chegam, via órgão central.

É no processo, na prática, que as teorias, ao serem incorporadas, esclarecem as ações e geram novas práticas com novas buscas de teorizações, em uma dinâmica que se realimenta. Por isso apostamos nessa escola e acreditamos que os princípios metodológicos que irão nos auxiliar nesse buscar coletivo são:

- a realidade como objeto de estudo;
- a dialogicidade.

(2) Consulte bibliografia em anexo

Por si só, o estudo da realidade não garante a interdisciplinaridade, mas facilita o estudo interdisciplinar na medida em que trabalha com a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos: científico, social, cultural, político, econômico, histórico.

Para apreendermos a realidade, para termos a sua essência, temos que desvendá-la, entender a teia de relações naturais e sociais que estão por trás do aparente, e que o explicam. Temos que estudar essa realidade, decifrá-la. Se não usarmos uma metodologia adequada, não emergirá essa essência. Ficaremos no aparente, no fenômeno.

A metodologia que nos parece adequada é aquela que, respeitando a fala do "outro", através do diálogo, nos traz constantemente a realidade estudada, o entendimento e a percepção que o outro tem dessa realidade, inclusive possibilitando desvelar o conteúdo ideologizado do discurso.

Como investigar essa realidade? Ao coletar dados via estudo direto da localidade e via diálogo com o aluno e comunidade, utilizando-se de fotografias, vídeos, questionários, entrevistas, filmes, livros, jornais, etc, o professor já deve ter a preocupação de trabalhar com os conflitos de interesses, com as diversas opi-

niões existentes, numa postura de conhecimento que, através da análise das contradições, mostre o real e leve a uma tomada de posição não ingênua.

III- CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO NOTURNO

Quem é esse aluno que a escola pública recebe à noite?

A maioria dos que frequentam cursos noturnos é trabalhador-aluno. Seja adolescente ou adulto, sabemos que por estar inserido no mercado de trabalho, por ter seu tempo quase todo dedicado à luta pela sobrevivência, por ser responsável por si, por seu trabalho, e muitas vezes por uma família, tem um amadurecimento social, e traz para a sala de aula uma concepção de vida, valores incorporados e necessidades concretas ligadas ao seu cotidiano e às suas expectativas de vida; expectativas essas também reais e concretas, por estarem incorporadas às atividades do seu dia-a-dia.

"Esses alunos já estão mergulhados na pedagogia do trabalho que exige produção a qualquer custo, conhecem bem o valor e a premência do tempo e do espaço, o peso do conhecer ou ignorar as coisas fundamentais para o desempenho de suas atividades ocupacionais, as limitações de pertencer a essa ou aquela categoria

profissional. Ao chegarem na escola, à noite, se defrontam quase sempre com uma rotina que não valoriza e portanto não aproveita os elementos que aprende no decorrer do seu cotidiano de trabalho. Essa defasagem é acentuada na medida em que a escola não propicia um ensino que trabalhe conceitos fundamentais em um contexto metodológico que assegure aprender e gostar de aprender, ajude a se organizar para continuar aprendendo, criando, discutindo e também reivindicando."

Célia Pezzolo - in O Ensino Noturno: uma conquista- Subsídios para os congressos regionais da APEOESP

Sabemos também que grande parte deles são adolescentes, o que implica em uma condição de transitoriedade, dúvidas, indecisões.

É necessário que o educador que trabalha à noite tenha muito claro essas questões, que as estude, que reflita muito sobre elas, pois trazem em si duas implicações básicas para o processo educativo:

- 1- o que e como ensinar a esse aluno;
- 2- um entendimento de escola que se desenvolva a partir da análise das características próprias desse aluno.

Numa concepção bancária de educação, cortes do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade são listados na forma de conteú-

dos programáticos descontextualizados da vida do aluno. O fato de sermos contrários a essa concepção não vem a ser uma negação dos conteúdos, mas sim uma preocupação em buscar os conhecimentos que sejam significativos.

"Embora não se esgote nela, o conhecimento do adulto sobre a realidade é bastante grande. É provavelmente aquilo que ele mais sabe. A final, é com ela que estabelece a quase totalidade de suas relações. Pode conhecê-la menos ou mais completamente. Mas não há dúvida que uma das coisas que conhece melhor, é a sua realidade. Sendo assim e sabendo que para atingir o desconhecido é preciso partir do já conhecido, o educador de adultos consciente irá iniciar sua tarefa de professor a partir daquilo que os alunos mais conhecem: a própria realidade desses alunos. Realidade que não é só política e familiar, é regional, é sentimental etc.

Mas, para que possa ser estabelecida essa ponte entre o conhecimento do aluno e o conhecimento do professor, é indispensável que o educador conheça também essa realidade. Afinal, será ela que servirá como mediação no diálogo entre professor e aluno. Será o assunto comum a partir do qual se irá conhecer o mundo".

(José Carlos Barreto - in Educação na Visão de Paulo Freire, 1990, pag. 10)

O partir da realidade do aluno não significa permanecer nela, mas partir do conhecido para chegar ao conhecimento científico e artístico que constitui patrimônio de toda a humanidade.

Um aluno que usa o martelo como ferramenta de trabalho, escolhe entre vários aquele mais adequado ao trabalho a ser realizado. Às vezes da experiência ele conhece a relação entre o tamanho do cabo e a força a ser exercida. Cabe ao professor esclarecer a teoria que está envolvida nesse seu conhecimento empírico, mostrando a relação mecânica entre força, distância e trabalho físico.

E para que esse conhecimento não seja alienado, torna-se necessário "reconstruí-lo numa perspectiva crítica a partir da cultura do aluno como expressão de classe social".

(Ana Maria A.A. Saul, 1987)

Quando um aluno relata que comer manga com leite faz mal e até mata, não cabe ao professor tentar convencê-lo do contrário. Cabe-nos ouvir sua fala, abrir a fala da classe, reconstruir o fato historicamente procurando a sua origem, discutir nossos hábitos alimentares e colocar que existem correntes que afirmam que não faz mal, mas que também existem correntes naturalistas que questionam a mistura de alimen

tos ácidos e básicos, propondo o estudo mais aprofundado dos temas levantados.

Ao trabalhar a partir da discussão e de conceitos trazidos pelo aluno, o professor se aproxima desse, aproveita a riqueza da diversidade que se apresenta em tais situações e, reconstruindo esse conhecimento de forma crítica, avança na direção de seus objetivos numa construção conjunta.

Fazer com que o conhecimento construído pelos jovens e adultos trabalhadores em suas práticas (de trabalho, familiares, culturais, sindicais ou de movimentos sociais) perpassa as ações pedagógicas escolares; trabalhar esse conhecimento com aquele acumulado historicamente pela humanidade, compondo um novo saber, servirá para a renovação das diferentes práticas sociais em uma perspectiva transformadora.

Em reuniões e problematizações feitas pelas escolas com seus alunos, tem aparecido muito a reivindicação de lazer, aulas mais interessantes, com atividades diversificadas (extra-classe, inclusive), com diálogo, recreios mais longos para se conversar com amigos. O dia-a-dia é pesado para o trabalhador-aluno e a escola é um local do qual ele gosta e onde quer se encontrar com seus iguais.

Nota-se a grande necessidade que sente

do espaço em que possa se colocar, trocar idéias e experiências, se organizar enquanto grupo. Ele só vai assumir a escola como sua se sentir isso. Não adianta colocar no discurso que a escola é dele, quando na verdade a escola se nega a ser esse espaço de convivência.

Sabemos que isso pode ser oferecido de várias formas: não só em recreios, festas, momentos de reunião, Conselho de Escola, Grêmios, mas esse espaço privilegiado de integração e solidariedade pode e deve estar presente nas aulas, onde o metodológico esteja adequado às necessidades dos alunos, com atividades coletivas, diálogos, reflexões.

Depoimentos de alunos trabalhadores afirmam a necessidade de uma escola que parta de seus valores, de sua experiência de classe e incorpore o avanço do conhecimento acumulado a partir dessa vivência. Uma escola que ao invés de impor um ensino acadêmico de cima para baixo, esteja preparada para um ensino a partir da vida prática, que busque aplicar os conhecimentos acumulados a partir da pedagogia do dia-a-dia e da solidariedade existente entre esses trabalhadores. Um espaço onde repensem sua existência como uma totalidade. Um espaço onde homens e mulheres, ensinantes e aprendizes aprofundem seu relacionamento, discutam sua afetividade, expon

do suas emoções e sentimentos, afetos e desafetos.

Uma das coisas que acham importante é que o alvo da escola seja o aluno e não a preservação do patrimônio. Portanto, quando os alunos trabalhadores estão falando da escola, da sua escola, não estão pensando somente em rearrumar o que existe aí. O que eles desejam é um aprendizado que seja parte de sua vida. Uma escola que seja feita junto com o povo e não para o povo. "Pois quem faz para tem o projeto pronto, tem uma forma de como impor, tem o objetivo do que quer, independente da vontade do outro. Agora quem faz com é capaz de ter a dignidade de assumir uma identidade como companheiro".

(Salvador Pires - in Que história é essa ?
Escola Viva, 1985, pag.
15 e 16)

Para tanto, cabe ao professor voltar-se para as questões já colocadas, relativas à natureza de um educando com um saber intelectual e vivencial diferente daquele do diurno, como também com questões relativas à psicologia do adolescente e de sua aprendizagem.

IV- ORGANIZANDO O PROJETO A ESCOLA SE MOBILIZA

Ao mobilizar todos os interessados na melhoria da qualidade de ensino (profissionais da educação, operacionais, alunos e comunidade) es

tamos garantindo um atendimento mais democrático e nos aproximando das reais necessidades daqueles que hoje frequentam a escola pública.

O projeto, portanto, deve ser gestado ouvindo-se os diversos segmentos da escola, bem como a comunidade da qual ela deve ser parte integrante. Considerando-se que uma de nossas prioridades é a gestão democrática, é importante que o processo de formulação da proposta seja discutido e acompanhado por Assembléias e Conselho de Escola.

O ideal seria um projeto visando a reorientação da escola como um todo. Porém, considerando-se as dificuldades para o envolvimento de todos, acreditamos que um projeto parcial pode ser o germe que irradia a mudança para o total da escola.

As escolas que estiverem inseridas no projeto "Ação Pedagógica na Escola Pela Via da Interdisciplinaridade" devem procurar envolver seu noturno por essa proposta pedagógica, podendo ainda propor mudanças organizacionais e estruturais para o curso noturno. Àquelas que não estão inseridas nesse projeto, é possível elaborar suas propostas de mudanças pedagógicas, estruturais e organizacionais.

1- O Trabalho Coletivo como Condição para a Elaboração dos Projetos

Para garantir a integridade de nossas concepções político-pedagógicas, fundamentadas na percepção do conhecimento em construção e do ser-sujeito, é da maior importância que todo projeto da escola envolva uma atuação coletiva entre professores.

"...o objetivo da discussão em grupo educativo é estimular o esforço pessoal de reflexão dos seus integrantes. Então, se o esforço é pessoal, por que fazê-lo em grupo?"

A nosso ver, por duas razões principais. A primeira é que a multiplicidade de experiências e informações que um grupo pode reunir enriquece qualquer processo de reflexão. A segunda razão é que o grupo oferece oportunidades para a manifestação de visões diferentes, e muitas vezes conflitantes, sobre uma mesma questão. Estas visões diferentes, postas em confronto, estimulam os participantes do grupo a realizarem esforços significativos para justificá-las, refutá-las ou mesmo compará-las. É na medida em que eu vejo de forma diferente do meu interlocutor que aparece a oportunidade do diálogo e da troca. Geram-se análises que permitem o estabelecimento de sínteses mais adequadas. Tais esforços dificilmente seriam feitos sem esses estímulos que os grupos são capazes de produzir."

(BARRETO - 1990: 03)

Para trabalho coletivo estão instituídas 2 a 10 horas/aula semanais de aulas excedentes, com utilização a critério do grupo de professores. Limite máximo por mês: 40 horas.

Nessas horas propõe-se que se desenvolvam trabalhos conjuntos de estudo, pesquisa, discussão, organização e coordenação. Ao final anexamos uma bibliografia, dividida por temas, para orientar, auxiliar e embasar teoricamente o projeto.

Esses estudos devem iluminar a prática das atividades que estão sendo desenvolvidas, facilitando a análise e trazendo, num movimento de volta, as necessidades de mudanças e aperfeiçoamento dessa prática.

2- Levantamento Preliminar para a Elaboração do Projeto

Caracterização do aluno, elaborada a partir do aprofundamento da problematização realizada em março de 1990:

- Dados objetivos
 - . número de alunos por série/modalidade;
 - . procedência; profissão
 - . evasão, repetência e aprovação por série ou termo
- Análise qualitativa sobre
 - . a vida e aspirações desses alunos;
 - . a evasão e retenção;

. a vida profissional.

Caracterização do corpo docente, equipe técnica-pedagógica e operacionais:

- Dados objetivos
 - . número e módulo;
 - . procedência.
- Análise qualitativa sobre
 - . a vida e aspirações;
 - . a rotatividade;
 - . a vida profissional.

Caracterização da unidade escolar e do espaço no qual se situa:

- sobre
- Dados Objetivos e análise qualitativa
 - . uso do espaço: quadra, laboratório, pátio etc.
 - . equipamentos e serviços disponíveis na comunidade, com os quais a escola pode contar: posto de saúde, cinema, clube esportivo, igreja, sindicato, escola, estabelecimentos comerciais e agrícolas, sociedades amigos de bairro;
 - . comunidade em que a escola se situa, e envolvimento de seus membros no trabalho: relatos de história de bairro, lutas para aquisição de equipamentos sociais, profissões.
 - . Levantamento dos aspectos naturais da localidade.

3- Avaliação em processo (do projeto)

A avaliação não se deve dar apenas ao final do ano, mas com uma regularidade a ser definida pelo grupo (mensal, por exemplo). Essa avaliação terá a finalidade de analisar o andamento dos trabalhos e se seus objetivos estão sendo atingidos, fortalecendo o que se desenvolve positivamente, removendo entraves, reorganizando assim as atividades. Terá portanto um caráter de correção dos rumos do projeto.

Sugere-se que ao menos uma vez por trimestre esteja presente nessa avaliação uma pessoa da equipe pedagógica do NAE.

4- Formalização do Projeto

Listamos a seguir os principais itens que a escola deve considerar ao formalizar seu projeto:

- Identificação da escola:

- . nome
- . endereço (AR, NAE)

- Identificação dos educadores envolvidos no projeto

- Descrição do projeto:

- . POR QUE? (Justificativa do projeto)
- . PARA QUE? (Objetivos que a escola pretende atingir)
- . O QUE? (Que alternativas a escola propõe)
- . QUEM? (Séries e/ou termos envolvidos)

- . COMO? (Procedimentos que a escola pretende adotar para concretizar o projeto)
- . QUE? (Recursos materiais necessários)
- . QUANTO? (Recursos financeiros necessários)

V- O ESTRUTURAL NÃO É UMA CAMISA DE FORÇA

Ao começar o trabalho pela análise da realidade de sua escola, os professores e demais pessoas envolvidas com o projeto estarão se preparando para a reorganização do currículo, aqui entendido em um sentido amplo, como instrumento de organização da ação e que extrapola a grade curricular.

O currículo é a própria vida da escola: sua organização demonstra as relações de poder que se estabelecem em seu interior; reflete o corpo das idéias e todo o conhecimento criado e recriado a partir das ações realizadas por educadores, educandos e população que a frequenta.

O trabalho de reorganizar o currículo comença pela problematização, com o objetivo de detectar expectativas e pontos de estrangulamento existentes na escola, tal como está organizada hoje.

Os dados assim obtidos serão analisados sob a perspectiva de apontar o que pode ou deve

mudar na escola.

As propostas de mudança poderão abordar três aspectos, que neste documento separamos, mas na realidade se relacionam e se completam:

- o pedagógico;
- o organizacional;
- o estrutural.

ASPECTO PEDAGÓGICO

O pedagógico precisa ser a primeira preocupação da escola que pretenda adequar seu trabalho às especificidades do aluno do noturno, sem "baratear" o ensino que lhe oferece.

Historicamente, pouco se investiu no ensino noturno, e sabemos que ele não pode ser a réplica do diurno. O desafio que se coloca hoje para a escola é o de gestar uma proposta de mudança que venha dos maiores interessados: alunos e educadores.

Como contemplar o aspecto metodológico?

- reorganização da programação em função do estudo da realidade;
- integração entre as áreas de conhecimento, envolvendo diferentes componentes curriculares, por série ou em diferentes séries;
- trabalhos desenvolvidos a partir de atividades diversificadas ou temas;
- repensar a avaliação;
- outros

ASPECTO ORGANIZACIONAL

O organizacional não é menos importante, na medida em que concepções equivocadas do que seja organização interferem no trabalho pedagógico, tal como impedir atividades fora de sala de aula porque elas poderiam alterar o esquema previsto para a limpeza da escola. A organização da escola deve estar a serviço do pedagógico.

As alterações organizacionais podem se traduzir em diversas formas:

- programar aulas mais longas, duplas;
- permitir a entrada de alunos após o horário fixado;
- compor o horário de forma a utilizar a noite livre do professor para trabalho na escola, com professores do mesmo componente ou série, mediante remuneração de aulas excedentes;
- organizar o horário da sala de leitura, permitindo sua utilização no período noturno, mesmo sem o encarregado;
- organizar o horário das merendeiras, de forma a oferecer merenda quente também aos alunos do noturno;
- outros

ASPECTO ESTRUTURAL

O estrutural deve ser suporte para a melhoria do pedagógico. Chamamos de estrutural a

grade curricular propriamente dita e as demais questões regulamentadas atualmente pela Lei 5692/71 e pareceres que a complementam.

Garantido o mínimo de 180 dias letivos e 720 horas anuais de atividades para o Curso Regular, e 90 dias letivos e 360 horas semestrais para Suplência, essa legislação permite:

- alteração da duração do curso;
- diminuição da carga horária diária com ampliação do curso em anos ou semestres;
- módulos semestrais;
- regime de dependência para 7ª e 8ª séries, e 3º e 4º termos da Suplência II, até dois componentes curriculares;
- trabalho polivalente ou semi-polivalente, para uma ou mais séries ou termos;
- substituir ou acrescentar matérias da parte diversificada da grade curricular.

Tais alterações devem ser fundamentadas na busca de uma nova qualidade de ensino e na adaptação do currículo à realidade e necessidades dos alunos e para serem implantadas, deverão passar pela apreciação do Conselho Estadual de Educação.

VI- VAMOS ASSUMIR ESSE NOTURNO: REGULAR/SUPLÊNCIA: INTEGRAÇÃO

Regular ou Suplência, não importa: ambos os cursos requerem uma nova qualidade de ensino.

no, adequada ao cidadão que, por necessidade de trabalho, ou por não ter tido oportunidade de estudar na época dita "adequada", não tem outra opção a não ser a escola noturna.

A procura por essa escola aumenta na medida em que aumenta a concentração de renda e, conseqüentemente, os bolsões de pobreza no país. Essa situação gera a necessidade de que os jovens, cada vez mais cedo, assumam um trabalho remunerado ou a responsabilidade pelo trabalho doméstico, enquanto seus pais trabalham.

Isso significa fazermos parte de uma sociedade que permite que uma parcela de sua juventude tenha que trabalhar e assumir compromissos prematuramente, na idade em que deveria estar se formando e usufruindo dos mesmos direitos de outros jovens, que têm tempo livre durante o dia para a escola, para o estudo e para o lazer.

O curso regular está estruturado para oferecer o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) na idade adequada. No entanto, as atuais condições intra e extra-escola não garantem o acesso e permanência do aluno, o que está demonstrado pelos índices de evasão e retenção, principalmente no curso noturno. Assim, o curso regular acaba se constituindo numa "torneira" aberta jorrando alunos para o curso supletivo.

O supletivo, por nós entendido como um direito do aluno a quem foi negada a oportunidade na época ideal, vem a ser o resgate de uma dívida que a sociedade tem com esse aluno e não um favor como, muito frequentemente, é dado a entender.

A escola noturna da Rede Municipal oferece ao trabalhador-aluno tanto o curso regular como a suplência. No entanto, ainda lutamos com uma situação de diversidade no atendimento aos alunos dessas diferentes modalidades de ensino.

Por serem recentes a incorporação da Suplência II na Rede e a passagem do Programa de Educação de Adultos (Suplência I) para a Secretaria Municipal de Educação, persiste ainda uma situação fragmentada, de distanciamento, como se a escola tivesse objetivos diferentes para os alunos das diferentes modalidades, quando na verdade, os objetivos da escola são comuns para a formação de todos os alunos.

QUE OBJETIVOS SÃO ESSES?

Queremos formar o aluno para que ele exerça plenamente sua cidadania e contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa.

Esses objetivos, por terem uma dimensão que abrange todo trabalho educacional, justificam uma unidade de planejamento na escola.

Ao se integrarem os professores do Regular e da Suplência em suas reuniões, ao trocarem suas práticas pedagógicas, ao refletirem juntos suas metodologias específicas e conteúdos trabalhados, ao definirem formas de continuidade entre Suplência I e Suplência II, estarão garantindo uma mesma qualidade de atendimento independente do tempo de cada curso, e contribuindo para a permanência desses alunos na escola.

Ao mesmo tempo que pretendemos a integração entre as diferentes modalidades que são oferecidas no noturno, também lutamos para que esse noturno seja assumido pela escola como parte integrante dela e não como um apêndice.

O QUE SIGNIFICA ASSUMIR O NOTURNO?

Oferecer os mesmos recursos materiais e humanos e a mesma qualidade de ensino, sem reproduzir o modelo do diurno, mas garantindo um modelo próprio de organização e trabalho pedagógico que venha atender ao trabalhador-aluno.

Foram levantadas aqui questões que envolvem a escola noturna, apontando caminhos na direção da melhoria da qualidade de ensino oferecido ao jovem e adulto trabalhador.

Cabe aos educadores da Rede Municipal de Ensino e à administração o desafio e o compromisso da continuidade das discussões e do avanço das ações desencadeadas para solucionar tais

questões, que a seguir retomamos:

- o que significa educar cidadãos que já estão inseridos no mundo do trabalho?
 - como trabalhar com os conhecimentos que os alunos possuem e a partir desses conhecimentos construir um saber sistematizado?
 - que expectativas e conceitos de escola esses alunos apresentam? Como ampliá-las?
 - como se dá nesses alunos o processo de aquisição do conhecimento (no adulto e no jovem)?
 - como pode ser a escola para que esses alunos nela permaneçam apesar de suas dificuldades sócio-econômicas?
 - como trabalhar com as contradições:
 - . características próprias dos adolescentes X amadurecimento precoce do jovem trabalhador
 - . aspirações comuns a todos os jovens X diferentes possibilidades de atingi-las
 - como organizar uma escola em que o professor possa desenvolver um trabalho que seja significativo para ele e para o aluno, e onde ambos tenham prazer em permanecer?
- É a partir da discussão coletiva incorporada ao cotidiano da escola que se vislumbrará o fio condutor das mudanças. Com disponibilidade pessoal e coletiva, e vontade política, é

possível fazer das pequenas modificações os primeiros passos no caminho das grandes mudanças.

B I B L I O G R A F I A

Apresentaremos a bibliografia com as indicações separadas em categorias que facilitem a localização do assunto desejado, incluindo também comentários sobre o conteúdo.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

CATANI, Denice B. Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Esse livro traz um conjunto de textos de um seminário itinerante realizado na USP. Entre outros constam "A formação política e o trabalho do professor" de Florestan Fernandes; "Participação e democracia no cotidiano escolar" de Cecília V. Guaraná; "Formar professores: tarefa da Universidade" de Luís Carlos de Meneses.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Apresenta as categorias de Freire a respeito da educação popular.

IDAC: INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL. A vida na escola e a escola da vida. Petrópolis: Vozes: São Paulo: IDAC. 1982.

_____. Cuidado, escola! São Paulo: Brasiliense. 1980.

Esses dois livros têm conteúdos semelhantes e tratam dos mecanismos de reprodução social da instituição escola, além de proposta para superação da visão reprodutivista da escola.

NIDELKOFF, M.Teresa. Uma escola para o povo.
Trad. João Silverio Trevisan. São Paulo:
Brasiliense. 1978.
Educadora argentina que traça um perfil
das posturas dos professores: povo ou po-
licial.

TRIGUEIRO, Dumerval. A Filosofia da Educação
Brasileira. São Paulo: Saraiva.
Essa coletânea traz artigo de D.Saviani
comentando as posturas filosóficas de e-
ducadores brasileiros.

TEORIA DO CONHECIMENTO

CARVALHO, M.Cecília M. de (org). Construindo o
Saber. Campinas: Papyrus, 1988.
Algumas posições sobre a construção do
saber científico: empirismo lógico. ra-
cionalismo crítico de K.Popper e paradig-
mas de Kuhn.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Cé-
lia Neves e Alderico Toribio, 2 ed. Rio
de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
O discernimento da unidade dialética da
essência e do fenômeno. O caráter totali-
zante do conhecimento.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Coleção Educação Contemporânea. Desenvolve um discurso contínuo, de modo que as palavras dos tempos, através de fragmentos de textos originais, são referidas diretamente e não num discurso indireto.

RIBEIRO, M. Luisa Santos. Introdução à História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Educ. Universitária) Explora a ação recíproca existente entre educação e sociedade em uma interpretação dialética da realidade brasileira.

CURRÍCULO e METODOLOGIA

APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. Trad. C. E. Ferreira de Carvalho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O conceito de currículo-oculto e os mecanismos de exclusão da escola.

CEDES, Pesquisa participante e educação. Cadernos CEDES nº 12. São Paulo: Cortez: CEDES, 1984

FREINET, Celestin. A Educação pelo Trabalho. Trad. Antônio Pescada. Lisboa: Presença, 1974. 2 vol. Traz as idéias desse educador francês sobre o revolucionário trabalho pedagógico que leva seu nome.

GIROUX, Henry. Teoria crítica e resistência em educação. Petropolis: Vozes, 1986.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. A formação do educador em debate. São Paulo, Cortez/Autores Associados, CEDES, 1981.

_____. Licenciatura. São Paulo, Cortez/CEDES, 1983.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: Ação Cultural para a Liberdade. RJ., Paz e Terra, 1976, p.9 a 12.

BUROCRACIA, LEGISLAÇÃO E DEMOCRACIA

CUNHA, Luiz Antonio. A organização do campo educacional: as conferências de educação. In Educação e Sociedade nº 9. São Paulo: Cortez Ed. e Autores Associados, 1981. Apresenta um histórico da luta pela organização dos professores, em especial as Conferências Nacionais de Educação da ABE nos anos 30.

_____, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. (Educação em Questão) Análise das origens das Leis de reforma de ensino superior e de 1º e 2º graus.

LAPASSADE, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. Trad. Henrique A. Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Análise desse autor francês sobre a burocracia numa visão weberiana.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

ABERASTURY, Arminda e colab. Adolescência. 2ª ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1983. Abordagem da adolescência na linha psicanalítica.

BECKER, Daniel. O que é adolescência. São Paulo: Brasiliense. 1986. Abordagem psico-social da adolescência no contexto do desenvolvimento.

FLAVELL, John. A psicologia de J. Piaget. São Paulo : Pioneira, 1988.

PATTO, M.H.Souza (Org). Intr. à Psicologia Escolar. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. Discute aspectos básicos para compreender o processo ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno.

_____, Psicologia e ideologia: introdução crítica a psicologia escolar. São Paulo : T. A. Queiroz, 1984. Discute a relação escola-sociedade-psicologia escolar no Brasil, e nesse contexto, alguns mitos como o de carência cultural, deficiência de linguagem e educação compensatória.

RAPPORT, C.R. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: ERU, 1981. 4 v. No volume 1 apresenta teorias do desenvolvimento e seus conceitos fundamentais. No 2, infância, no 3, a idade pré-escolar e no 4, a adolescência.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente. 3 ed. Trad. José Cipolla Netto e outros. São Paulo: Martins Fontes Ed. 1989. O cap. 6 "Interação entre aprendizado e desenvolvimento" traz esses assuntos, normalmente separados.

WALLON, Henri. A Formação Psicológica dos Mes-
tres. Psicologia e Educação da criança.
Lisboa: Vega, 1979.

A EDUCAÇÃO DO JOVEM E ADULTO TRABALHADOR/ O CUR-
SO NOTURNO.

ALMEIDA, Laurinda. O ensino noturno no Estado
de São Paulo. Um pouco de sua história e
de seus problemas. São Paulo: Fundação
Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa nº
66, Agosto 1988.

BARRETO, José Carlos. A discussão: um poderoso
instrumento educativo. São Paulo: Vereda,
1990.

_____, Educação na visão de Paulo Freire. São
Paulo: Vereda, 1990.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino noturno:
realidade e ilusão. São Paulo: Cortez :
Autores Associados, 1984. (Polêmicas de
nosso tempo)

_____, (Org). O ensino noturno: conquista
problema ou solução? Cadernos CEDES nº
16. São Paulo: Cortez: CEDES, 1986.
Esse caderno do CEDES, exclusivo sobre
noturno traz artigos sobre a situação des-
se curso como "O último trem parte às 19
horas: o ensino regular de 1º e 2º graus
no período noturno" de Carvalho e "Alu-
nos do noturno (ou "excluídos da esco-
la"): quem são eles? de Newton Cesar Bai-
zan; traz também relatos de escolas esta-
duais que realizaram modificações no no-
turno: "Construção de um trabalho pedagó-
gico no período noturno" de Maria Amélia
A. Savasini Naufal e Julia Kodato e "Pro-
posta de Curso Noturno em Escola Pública"
de Mansur Lutfi e outros.

CEDI-Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Educação de Jovens e Adultos trabalha-
dores em debate. Doc.2 - São Paulo: CEDI,
1989.

Educação de Jovens e Adultos: subsídios
para elaboração de políticas municipais.
São Paulo: CEDI, 1990.

LAJOLO, Marisa. Literatura na alfabetização de
adultos. São Paulo: Vereda, 1990.

NUDELMAN, Sônia Maria de Oliveira. "Alunos tra-
balhadores na Rede Municipal de Ensino, al-
guns comentários." Revista Escola Municipi-
pal nº 11, ano XV, Dez. 1982.

SME-DOT-EDA. Educar Adultos para que? Cadernos
de Formação nº 1, 1989. Publicação da Se-
cretaria Municipal de Educação de São Pau-
lo, Divisão de Orientação Técnica de Edu-
cação de Adultos.

SPÓSITO, Marília P. O povo vai à escola. São Pau-
lo: Loyola, 1986.

SOCIOLOGIA FILOSOFIA ECONOMIA

ABBOTT, Jack H.. No ventre da besta: cartas da
prisão. Trad. Maria Célia S. Raposo.
Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
Depoimento de presidiário americano, que
viveu desde criança em instituições.

BERTAUX, Daniel. Destinos pessoais e estrutura
de classe: para uma crítica da antropolo-
gia política. Rio de Janeiro: Zahar,
1979. Trad. M. José da Silveira Lindoso.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolis-
ta: a degradação do trabalho no século
XX. Trad. Natanael C. Caixeiro. Rio de
Janeiro: Zahar, 1977.
Estudo da alienação provocada pela divi-
são entre trabalho manual e trabalho in-
telectual e as teorias de gerenciamento
científico de Taylor e Fayol.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 6ª ed. São
Paulo: Brasiliense, 1985.

COLOMBIER, Claire et al. A violência na escola.
São Paulo: Summus, 1989.

SINGER, Paul. A formação da classe operária.
São Paulo: Atual: Campinas: Ed. UNI-
CAMP, 1985.

VIEZZER. "Se me deixam falar...Depoimentos de
Domitila de Chungara a autora. 3ª ed.
São Paulo: Símbolo, 1978. Trad. Edimil-
son A. Bizelli.
Depoimento da esposa de um mineiro de es-
tado da Bolívia sobre a vida e luta po-
lítica e social.

- CHAUÍ, Marilena de Souza. "Ideologia e educação"
In: Educação e Sociedade. São Paulo, Cortez.
Ano II, nº 5, jan. de 80, p.34-40.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. São
Paulo, Brasiliense, 1986.
- GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da Educação
S.Paulo, Cortez, 1983.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade.
S.Paulo, Ed. Moraes, 1980, 4ª ed.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. As ciências sociais na
escola. SP., Brasiliense, 1987.
- _____. A escola e a compreensão da realidade.
S.Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. Uma escola para o povo. SP., Brasi-
liense.
- ZAMBONI, Ernesta. Sociedade e trabalho. Revista
Brasileira de História, São Paulo, 1986.

LÍNGUA, LITERATURA

- ARRIGUCCI JR, Davi. Enigma e comentário. São
Paulo : Cia das Letras, 1987.
- BARTHES, Roland. Mitologias. Trad. Rita Buonger-
mino e Pedro de Souza. 3ª ed. Rio de Ja-
neiro: DIFEL, 1978.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador" in Os pensadores
vol. 48. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lutar com a palavra.
São Paulo : Graal, 1982.
- CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo
milênio. Trad. Ivo Barroso. São Paulo :
Cia das letras. 1990.
Sobre a comunicação poética
- _____. A personagem de ficção. São Paulo:
Perspectiva, 1970.
- CÂNDIDO, Antônio. Na sala de aula. São Paulo :
Ática, 1986.
- _____. Parceiros do Rio Bonito. São Paulo :
Duas Cidades 1976.
- _____. Vários escritos. São Paulo: Duas Cida-
des, 1977.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São
Paulo : Cortez, 1984.
- GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula
2ª ed. Cascável : ASSOESTE, 1984.
- GOLDSTEIN, Norma. Versos, sons e ritmos. São -
Paulo : Ática, 1985.

- LEFEBVRE, Henri. "Sobre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser. in Debates sobre o estruturalismo. São Paulo : Documentos, 1968.
- LUTFI, Eulina Pacheco. Ensinando Português, vamos registrando a História... O trabalho do professor: incentivo e barreira à documentação que o povo faz da História. São Paulo : Loyola, 1984.
- MENESES, Adélia Bezerra de. Desenho Mágico. Poesia e política em Chico Buarque. São Paulo : Hucitec, 1982.
- PROUST, Marcel. Sobre a Leitura. Trad. Carlos Vogt. Campinas : Pontes, 1989.
- SÁ, Jorge de. A crônica. São Paulo: Ática. 3ªed 1987.
- SOARES, Magda. Linguagem e Escola, uma perspectiva social, São Paulo : Ática, 1986.

MATEMÁTICA

- CARRAHER, T.N. e outros. Na vida dez, na escola zero. São Paulo : Cortez, 1988.
- CARRETONI, e GAZETA, Soares. Iniciação à matemática. Campinas : UNICAMP, 1986.
- DANTE, L.R. Didática da resolução de problemas de matemática. São Paulo : Ática, 1989.
- DUARTE, N. O ensino de matemática na educação de adultos. São Paulo : Cortez, 1986.
- FIORENTINI, D. e MIORIM, M. Ângela. "Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no ensino de matemática". São Paulo : Boletim da SBEM-SP. Ano 4(7) julho-agosto, p,5-10, 1990.
- FOMIN, S. Sistema de numeração. Moscou : Mir , 1984. Série: Iniciação na matemática. Série com mais de 50 títulos, cada um com 50 a 70 p. de diversos autores sobre conceitos básicos de matemática em todos os níveis. São livros para professores.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, MEC, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Matemática: 3ª fase-telecurso 1º grau. Rio de Janeiro : Rio Gráfica, 1985.
- IMENES, Luiz Márcio, MACHADO, Nilson José e outros. Coleção Vivendo a matemática. São Paulo : Scipione, 1988. Faz parte da coleção: Brincando com números, Descobrimo o teorema de Pitágoras, Geométrica dos mosaicos, Medindo comprimentos. Os números na história da civilização, Os poliedros de Platão e os dedos da mão, etc.

GERDES, P. "A matemática a serviço do povo".
Rev. Ciência e Tecnologia (7), 1984.

CIÊNCIAS

- AMBROGI, Angélica VERSOLATO, Elena e LISBÔA, J. C.F.. Unidades Modulares de Química. São Paulo : Hamburg: CECISP, 1986. 4 v.
- BARBIERI, Marisa. "A ciência feita em casa". Revista Educação & Sociedade nº 18. São Paulo : CEDES: Cortez, Agosto 1984.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. in Walter Benjamin. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo : Atica, 1985. (Col. Grandes Cientistas Sociais v.50)
- CANÊDO, Letícia B. A Revolução Industrial: tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade : rumo a um mundo industrializado. São Paulo : Atual : Campinas : Ed. da UNICAMP, 1985.
- GASPAR, Alberto. Experiências de Ciências para o 1º grau. São Paulo : Atica, 1990.
- GRAF-Grupo de Reformulação do Ensino de Física. Mecânica. São Paulo : EDUSP, 1990.
Ha versão preliminar de física térmica, óptica e eletricidade que deverão ser editadas ainda em 1990.
- LUTFI, Mansur. Cotidiano e educação em química. Ijuí : Unijui, 1988. Textos relacionados aos processos físico-químicos e bioquímicos envolvidos na conservação de alimentos.
- MALDANER, Otávio A. Química 1: roteiro de discussão e introdução a teorias e modelos em química. Ijuí : Unijui. 1986.

GEOGRAFIA

AGB. Fala professor! Anais do 1º Encontro Nacional do Ensino de Geografia, 1987.

AGB-Associação dos Geógrafos do Brasil. Terra Livre, nº 1 ano 1, 1986.

Temas: A natureza na Geografia do ensino médio; Estado Nacional e capitalismo monopolista. Avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

----- . Terra Livre nº 2. São Paulo : AGB : Marco Zero, 1987. O ensino da geografia em questão.

----- . Terra Livre nº 7. São Paulo : AGB : Marco Zero, 1990. Geografia: pesquisa e prática social.

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação São Paulo : Contexto, 1989. O trabalho com mapas nas escolas.

ANDRADE, Manoel Correia de. Caminhos e Descaminhos da Geografia. Campinas : Papyrus , 1989.

DEP. de GEOGRAFIA-FLCH-USP. Orientação. Revista de Ensino de Geografia. nº 1 a 7.

MORAES, Antonio Carlos R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo : Hucitec, 7ª ed. 1987.

PANNUTI, Maria Regina Viana. Estudos Sociais: uma proposta para o professor. Petrópolis : Vozes, 1981

SCARLATO, Francisco C. Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo. São Paulo : Iglu, 1987.

VESENTINI, J. William. Geografia e Ensino, Textos críticos. Campinas: Papyrus, 1989.

HISTÓRIA

- ALENCAR, Francisco, CARPI, Lucia e RIBEIRO, Marcus Venício. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1979.
- ALENCAR, Francisco e outros. BRASIL VIVO (vol. 1 e 2) - RJ, Editora Vozes, 1986.
- ASHTON, T; S.. A Revolução Industrial: 1760-1830. Trad. Jorge de Macedo. Lisboa: Europa-America. 2ª ed. 1971.
- BELLOTO, Manuel Lelo e CORREA, Ana Maria (org.) A América Latina da Colonização Espanhola. S.P., Hucitec. 1979.
- BONADIS, Paulo e VIEIRA, R.A. Amaral. Textos Políticos do Brasil: Independência e Império. Editora da Universidade Federal do Ceará, 1973.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, S.P. T.A. Queiroz, 1979.
- CASTRO, Terezinha. História documental do Brasil. R.J., Record. s/d.
- CABRINI, Conceição (e outros). O ensino da História: revisão urgente. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CERQUEIRA, Gisálio e NEDER, Gislene. "Conciliação e Violência na História do Brasil". In: Revista Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, nº 2, agosto -1978
- CHESNEAUX, Jean. Hacemos tabla rasa del pasado? tradução de Aurelio Garson del Camino. Siglo Veintiuno Editores S.A. 1977.
- COHN, Gabriel. "Problemas da Industrialização do Brasil no século XX". in Brasil em Perspectiva. 9ª ed (Org) Carlos Guilherme Mota. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- ESPINOSA, F. Antologia de textos históricos medievais. Lisboa, Livraria Sa da Costa 1972.
- FARIA, Ana Lúcia G. Ideologia no livro didático. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo nº 7 São Paulo, Cortez: Autores Associados 1984.
- FENELON, Déa. "A formação do historiador e realidade do ensino na educação de 1º e 2º graus". In: Projeto História nº 1. F. vista do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da PUC-SP. Agosto/1982.
- _____. "Trabalho, Cultura e História Social Perspectivas de Investigação". In: Projeto História nº 4. junho/85.
- _____. 50 textos de História do Brasil. SP., Hucitec. 1974.
- FERRO, Marc. A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação. Trad. Waldimir Araujo. São Paulo: IBRASA, 1983.
- FREITAS, Gustavo. 900 textos e documentos de História. Lisboa, Platano Editora. vol I, Humanidade Primitiva, Antiguidade, Idade Média, vol. II. O oriente e a África Negra até o séc. XV, A Europa e sua expansão mundial nos séc. XV ao XVII. vol. II. A Europa e sua expansão nos séc. XVIII, XIX e XX.
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Trad. Galeno de Freitas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Trad. Waltensir Dutra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

LE GOFF, Jacques. História: novos problemas.
Tradução de Theo Santiago... RJ Francisco
Alves, 1976.

. História: novas abordagens. RJ., Fran-
cisco Alves.

. História: novos objetos. RJ., Francis-
co Alves

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. Textos e documen-
tos para o estudo da História Contempo-
rânea. (1789-1963). SP., Hucitec. -
EDUSP, 1977.

MORRIS, Richar. Documentos básicos da História
dos Estados Unidos. Brasil - Portugal,
Editora Fundo de Cultura, 1964, 1º ed.

MUNAKATA, Kazumi. Telecurso 1º Grau. História ,
Projeto SPG, RJ, Rio Gráfica, 1982.

NADAI, Elza. A escola pública contemporânea :
propostas curriculares de ensino de His-
tória. Revista Brasileira de História.
São Paulo, set. 1985/fev. 1986.

NEVES, Maria Aparecida Mamede. Ensinando e apren-
dendo História. São Paulo, EPU, 1985.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. As be-
las mentiras: a ideologia subjacente
aos textos didáticos. São Paulo, Cortez
e Monaco Editores, 1979.

OLIVEIRA, João Batista de Araujo e outros. A po-
lítica do Livro Didático. São Paulo,
Summus Editorial/Ed. da UNICAMP, 1984.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. "O discurso da Histó-
ria para a Escola". In: A Linguagem e
seu funcionamento. São Paulo, Editora
Brasiliense, 1983.

PAULA, Eunice Dias de, et alii. História dos
povos indígenas: 500 anos de luta no Bra-
sil, Petropolis, Vozes, em co-edição com
o CIMI, 1982.

PESSOA, Reinaldo Carneiro. A idéia republicana
no Brasil através dos documentos. SP.,
Alfa-Omega, 1973.

PINHEIRO, Paulo Sergio e HALL, Michael M. A
classe operária no Brasil. Vol. 1 O movi-
mento operário, Alfa-Omega, 1979, vol 2.
Condições de vida e de trabalho, Brasi-
liense, 1981.

SCHUMAN, Lyndnéia. Documentos histórico brasilei-
ros. RJ., FENAME, MEC.

Secretaria Estadual de Educação. CENP. Coletâ-
nea de documentos históricos para o 1º
grau: 5ª a 8ª series. São Paulo, S.E /
CENP, 1980.

. Coletânea de
documentos de história da América para o
2º grau: 1ª serie.

. Coordenadoria
de Estudos e Normas Pedagógicas. Propos-
ta Curricular para o Ensino de História
1º Grau. 3ª edição preliminar. São Paulo
1986.

SILVA, Marcos A. da (org) Repensando a história
Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984

TELES, Norma Abreu. Cartografia brasiliis ou: es-
ta história esta mal contada. São Paulo,
Editora Loyola, 1984.

VIEIRA, Evaldo A.. A República brasileira: 1964
1984. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Educação. Nadai, Elza, org. Seminário "Perspectivas do Ensino de História", Anais, SP, 1988.

EDUCAÇÃO FÍSICA

BRACHT, Valter. "Educação Física: A busca da autonomia pedagógica". Revista da Fundação de Esporte e Turismo 1(2): 12-19, 1989.

_____. "Educação Física Escolar como campo de vivência social". Revista Brasileira de Ciências do Esporte 9(3) : 23-40, maio - 1988.

BRUHNS, Heloísa Turini (Org.) Conversando sobre o corpo. Campinas : Papirus, 1985.

CASTELLANI Fº, Lino. Educação Física no Brasil. A história que não se conta. Campinas : Papirus, 1988.

MEDINA, João Paulo. O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Viçor Marinho. O que é educação física. São Paulo : Brasiliense. 1983.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. Contribuição ao debate do currículo de educação física: uma proposta para a escola pública. Secretaria de Educação de Pernambuco. Micheli Ortega Escobar, Coord. Recife: 1989, 36p.

SOARES, Carmen Lúcia. "Fundamentos da educação física escolar". Revista brasileira de Estudos Pedagógicos. MEC-INEP, 1990. (no prelo).

ARTE-EDUCAÇÃO

MADER, Wolfgang (Org). Instituto Goethe. Brecht no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra 1986.

Coletânea de vários autores brasileiros, diretores, críticos e arte-educadores reunidos pelo seminário "Trinta anos de pois da morte de Brecht" no Instituto Goethe. Estudo sobre Brecht nas várias linguagens que compoem sua obra.

BARBOSA, Ana Mae (Org). História da arte-educação. São Paulo : Max Limonad, 1986.

Análise da educação artística no Brasil sob a optica da relação contraditória e dual e arte-educação.

BRECHT, Bertolt. Teatro completo. 12 v. Trad. Fernando Peixoto e outros. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

ECA-USP. Bibliografia de arte-educação. São Paulo : ECA, 1989.

Catálogo da produção brasileira até 1989. Livros, artigos, teses reunidos para dar uma visão de que é a produção crítico-pedagógica da área, abrangendo as várias linguagens artísticas: musica, artes plásticas, teatro e teoria de arte-educação.

LOPES, Joana. Pega teatro. Campinas : Papyrus, 2ª ed., 1989.

Teatro na educação, teatro como experiência artística, como fenômeno antropológico. A autora faz seu relato como arte-educadora de adultos, adolescentes e crianças, indicando conceitos sobre a arte e a educação, utilizando-se de Bertolt Brecht e Paulo Freire como fontes.

VELHO, Gilberto (Org. e Intr.). Sociologia da Arte. 5 v. Rio de Janeiro : Zênar, 1967
Coletânea de autores fundamentais para a arte-educação: Herbert Read, Bertolt Brecht, Francastel e outros.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PMSP

Luiza Erundina de Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Paulo Reglus Neves Freire

ELABORAÇÃO

Equipe de Reorientação do Ensino Noturno da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos e da Divisão de Orientação Técnica de Ensino de 1º e 2º Graus

COLABORAÇÃO

Equipes de Reorientação do Ensino Noturno dos MAEs

Equipes da Divisão de Orientação Técnica de Educação de Adultos e da Divisão de Orientação Técnica de Ensino de 1º e 2º graus.

São Paulo
Janeiro - 1991